

18/11/2013 - Professoras negras se destacam nas iniciativas educacionais sobre a África no Brasil

(O Estado de S.Paulo) Lei que obriga o ensino do tema foi sancionada há dez anos, mas sua implementação não está disseminada nas escolas brasileiras.

Dez anos após ser sancionada, a Lei 10.639 “que torna obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira - ainda é aplicada de maneira tímida na maioria das escolas brasileiras. A implementação de conteúdos de forma transversal - em todas as disciplinas - ocorre de forma lenta em todas as redes escolares, mas as municipais (com 46% das escolas) e as estaduais (com 39%) estão na frente das particulares.

Assista também: [Ministra Luiza Bairros fala sobre estudo do negro no mercado de trabalho](#)

Os dados fazem parte de uma pesquisa do Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (Ceert), em parceria com o Ministério da Educação e a Unesco. Foram compiladas 2,3 mil iniciativas de utilização do conteúdo previsto.

A diretora do Ceert, Maria Aparecida Bento, acredita que a implementação seja menor na rede particular por causa da falta de pressão da sociedade. “O alvo maior é o governo e, por isso, as escolas públicas progrediram mais. Precisamos avançar nas privadas, com maioria de alunos brancos, senão, a relação de preconceito não muda.”

A pesquisa mostra também que a maior parte das iniciativas é feita por professores negros (59%), com destaque para as mulheres negras, responsáveis por 52%. “As ações ainda dependem muito de atitudes pessoais do professor, sem uma institucionalização”, diz Maria, ditando a falta de livros nas bibliotecas, materiais didáticos e brinquedos distribuídos.

O maior número de práticas está no Sudeste (48,5%), contra a Norte (6,8%). No Sudeste, o Estado que mais se destaca é São Paulo e no Nordeste, a Bahia e o Ceará. “Quanto maior a população negra no Estado, mais comum é o surgimento de práticas emblemáticas. Isso mostra que a relação com crianças negras é o grande motivador para que os professores busquem formação para pensar práticas pedagógicas”, diz ela.

A maior parte das iniciativas (51,8%) surge para responder aos casos de racismo e discriminação. O professor da USP, Dennis de Oliveira, do Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb), vê o fato com preocupação. “O objetivo da lei é formar cidadãos com consciência multiétnica, não só resolver problema racial nem demanda do movimento negro.” Ele ressalta que deixar de aplicar a lei é como não dar um conteúdo de Matemática ou Geografia.

Avanços. Cristina Teodoro Trinidad, responsável pelos projetos de educação das relações étnico-raciais da Unesco, também identifica um “resultado perverso” na falta de aplicação da lei. Mas Cristina aponta que, entre os avanços, está a produção de material pedagógico e conhecimento para a aplicação de conteúdos sobre África.

A especialista ressalta que a lei avança com a sociedade. “É um país que ainda nega que é racista. Esse é um processo complexo e a sensibilização para que professores compreendam a necessidade de trabalhar: o tema demora”, diz.

De acordo com a secretária de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão do Ministério da Educação, há investimento na formação de professores, no fomento de pesquisa e produção de conteúdo.

De acordo com Macaé, cerca de 140 mil professores já foram capacitados em cursos financiados pelo MEC. A pasta ainda cobra que novos cursos de Licenciatura tenham o conteúdo em sua grade. “Também avaliamos se os cursos já existentes apresentam a temática”, diz ela, lembrando que possíveis sanções pelo descumprimento da lei seca; bem aos conselhos municipais e estaduais de Educação.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sievesp), Benjamin Ribeiro da Silva, rebate a pesquisa e afirma que a maior parte das escolas particulares utiliza temas relacionados à cultura e história africanas. “(As escolas públicas) colocam no currículo, mas não ensinam”, afirma. Silva disse que a entidade prepara um curso de formação para os professores trabalharem com o tema.

Tema ganha espaço em algumas escolas

Apesar de continuar fora da maioria das escolas, os conteúdos sobre história e cultura da África ganham espaço em algumas escolas que desenvolvem projetos específicos sobre o tema e são exemplos de aplicação da Lei 10.639.

É o caso da escola municipal Guia Lopes, no Limão, na zona norte de São Paulo, que tem 425 alunos na educação infantil.

“Criamos há sete anos um príncipe africano. É um personagem negro que conta parte da história do continente para as crianças”, conta a diretora da escola, Cibele Racy.

Na escola municipal Esmeralda Salles Pereira Ramos, no Jardim Tremembé, também na zona norte, a música é usada como pano de fundo da temática ; afro-indígena. “Temos um grupo de percussão formado por 50 alunos do 6º ao 9º ano, que é a continuidade do trabalho de formação sobre o tema em sala de aula”, afirma a diretora da escola, Rose Mary de Oliveira.

Música. Já a transversalidade pedida na lei é o mote do trabalho feito no Centro de Ensino São José, colégio particular do Butantã, na zona oeste. “Não dá para não ter a disciplina, é obrigatório. Abordamos o tema nas aulas de História, Português e Filosofia, entre outras. A ideia é falar da diversidade cultural e quebrar preconceitos”, diz a diretora da unidade da escola, Flávia Menaldo Cintra.

Além disso, o Ministério da Educação (MEC) informou que bancou a tradução de quatro dos oito volumes da coleção História da África e vai financiar a produção do nono volume da série, que terá como tema a diáspora africana. A apresentação de temas relacionados àquele continente é critério para seleção dos novos livros didáticos que serão distribuídos pelo MEC. / G.S.D.

Acesse o PDF: [Conteúdo sobre África ainda é escasso \(O Estado de S.Paulo, 18/11/2013\)](#)

20/02/2013 - Camponesas querem licença-maternidade de seis meses

(*Agência Brasil*) As lutas femininas, populares e a produção de alimentos saudáveis foram debatidas hoje (20) no 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Segundo a dirigente nacional do movimento, Justina Cima, uma das lutas é o direito pela licença-maternidade ampliada para as trabalhadoras rurais. “Queremos que todas as mulheres camponesas tenham acesso ao salário-maternidade e à ampliação da licença-maternidade, de quatro para seis meses.”

Sobre a atividade agrícola, Justina ressalta que a busca é por políticas públicas para viabilizar a produção de alimentos saudáveis e com qualidade. “Esse movimento contribui expressivamente com a produção da alimentação saudável para toda a população brasileira e com os cuidados com a biodiversidade do nosso país.”

A agricultora Marilene da Silva, de 37 anos, integrante do Movimento das Mulheres Camponesas, disse que pretende repassar as informações do encontro quando retornar à cidade de Branquinha (AL), onde vive. “Estou adquirindo mais conhecimento para levar para minhas amigas que ficaram na minha cidade, como o salário-maternidade. Muitas mulheres que vivem lá não têm esse tipo de conhecimento, e por isso não recebem seus direitos”.

Para a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco, a participação de mulheres de vários estados mostra a capacidade de organização e da luta feminina. “Nós entendemos que é fundamental garantir e apoiar a capacidade de auto organização das mulheres para elas conseguirem mais autonomia econômica, serem reconhecidas como sujeito de direito. É parte da luta contra a discriminação das mulheres.”

Participaram da mesa de debates representantes da Marcha Mundial das Mulheres, da Articulação de Mulheres Brasileiras, do Consea e do Movimento das Mulheres Camponesas.

Acesse em pdf: [Camponesas querem licença-maternidade de seis meses \(Agência Brasil - 20/02/2013\)](#)

15/09/2012 - Professora de religião afro chama segurança de ‘macaco’

(*G1*) Na noite desta sexta-feira (14), alunos da Universidade do Estado do Pará (Uepa) denunciaram uma professora, que ministra aulas de religião afro na instituição, por racismo. De acordo com os estudantes, a docente teria insultado um segurança de “macaco” e, depois, repetido a agressão verbal a um dos universitários que defenderam o trabalhador. A confusão teria iniciado quando Daniela Cordovil tentava entrar na universidade com alguns pesquisadores convidados para participar de um evento e encontrou o portão localizado na

avenida Djalma Dutra, no bairro do Telégrafo, em Belém, fechado.

O segurança informou que o acesso estava fechado por determinação da direção da universidade e orientou o grupo a entrar por outro portão. De acordo com os alunos, nesse momento, a professora perdeu a calma e começou a xingar o servidor.

Ao ouvir a confusão, os estudantes utilizaram um celular com câmera e desafiaram a professora a repetir o insulto. No vídeo, a professora assume que chamou o segurança, Rubens dos Santos, de 39 anos, de “macaco”. “Tu é um macaco também. Vai chamar a PM (Polícia Militar) agora!”, grita a professora a um dos universitários.

Câmera de celular mostra momento em que professora xinga aluno de ‘macaco’ e faz gesto obsceno.

O caso foi levado até a Seccional de São Brás, onde a professora e o segurança prestaram depoimentos. De acordo com a Polícia Civil, um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) foi instaurado e os dois lados envolvidos serão ouvidos em juízo sobre o caso.

Quando o caso foi denunciado à polícia, os estudantes também avisaram o Conselho Estadual de Igualdade Racional, que prometeu acompanhar a denúncia.

Na delegacia, a professora não quis falar com a imprensa, mas Claudinor Cardoso, advogado da docente, disse que o xingamento aconteceu em um momento de nervosismo e que as palavras de Daniela Cordovil não tinha nenhum teor racista, até porque a antropóloga estuda religiões africanas.

Rubens dos Santos, de 39 anos, é segurança contratado por uma empresa terceirizada que presta serviços à Uepa e trabalha há três anos no local.

Acesse em pdf: [No Pará, professora de religião afro chama segurança de ‘macaco’ \(G1 - 15/09/2012\)](#)

02/03/2012 - Os homens que não amam as mulheres, por Ruth de Aquino

(*Época*) Pode parecer incrível para muitos de nós, que vivemos em harmonia negociada com o outro sexo. Mas, no século XXI, ainda existe ódio sexista, latente ou escancarado. O que aconteceu na semana passada com a publicitária paulistana Renata Gervatauskas, de 35 anos, é um triste exemplo disso. [Renata escreveu um post para o blog Mulher 7x7, em epoca.com.br](#). Contou ter desistido de um namorado potencial ao escutar dele: “Só falta dizer que lava, passa e cozinha bem. Vai ser a mulher perfeita. Aí, eu caso”. Ela não gostou da “brincadeirinha”. Eu também não gostaria. Acharia o cara um bobo.

Em seu texto, Renata defende a licença-paternidade por seis meses, concedida recentemente no Brasil pela primeira vez a um homem que perdeu a mulher no parto. É um precedente positivo, escreve Renata: “A gente ainda confunde o instinto materno com a obrigação de cuidar sozinha das crias”. A reação da maioria dos homens internautas foi um ataque pessoal, na tentativa de humilhar as mulheres em geral. “Foi um festival de ofensas gratuitas, que serviu como espelho de uma sociedade doentia”, disse ela.

Um internauta escreveu: “Feminismo já é um lixo social, se exagerado então fede”. “Aprendam,

animais”, escreveu outro. “Vocês jamais irão se igualar aos homens. Perguntem às mães solteiras e independentes de hoje, que têm por volta de 35 anos, se elas não mudariam o jeito f... e independente delas se pudessem voltar no tempo. Nós, homens, não queremos resto dos outros. Nós queremos mulheres que nos respeitem como líderes do lar.”

“Qual é o problema de a mulher de hoje fazer tarefas domésticas que o restante fez ao longo de toda a história da humanidade?”, pergunta um outro. “Vocês reclamam de barriga cheia. As mulheres não tinham máquina para lavar roupas, esfregavam tudo na mão mesmo e não reclamavam da dependência dos seus maridos, porque elas sabiam bem do papel destinado a elas. Vocês hoje só têm o trabalho de colocar sabão em pó e depois colocar a roupa no varal. Feministas: vão tomar no olho do c...”

Esses comentários, alguns feitos na covardia do anonimato e outros assumidos com o próprio nome, não fazem jus à maioria dos homens atuais, que desejam casar com uma mulher inteira e educar os filhos plenamente. Mas o ódio nessas reações explica o absurdo número de estupros, a violência doméstica, o assédio moral, ainda hoje. Explica as Eloás da vida.

É incrível que, em pleno século XXI, ainda exista ódio sexista, latente ou escancarado

Sou contra a vitimização das mulheres. Não acho as mulheres mais tristes que os homens – embora a gente reclame mais. Talvez tenhamos nos acostumado a perceber que nada cai de graça no nosso colo. Precisamos reivindicar, refletir e discutir. Não acho que o feminismo tenha traído a nenhuma de nós. Movimentos de emancipação trazem conquistas, não são um manual de felicidade, mas de liberdade. Liberdade para escolher o que é melhor para cada uma. Não somos um “bloco” homogêneo. O risco é trair a nós mesmas e aos homens, se continuarmos a criar nossas filhas como “princesinhas” e nossos filhos como “super-homens”. Esses papéis só existem na ficção, não cabem numa sociedade moderna, e definem, desde a infância, expectativas irreais para elas e para eles. Que geram frustração mais tarde.

Há 180 anos, em 1832, uma jovem do Rio Grande do Norte, Nísia Floresta Brasileira Augusta, de 22 anos, publicou *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. Ela casou aos 13 anos e abandonou o marido pouco depois. Voltou à casa dos pais. Sofreu com o estigma. Era fluente em várias línguas e instruída, num tempo em que mulheres no máximo sabiam ler e escrever. Teve dois filhos com um segundo companheiro. Um dos trechos de seu livro: “Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles, homens”.

Uma coisa é a mulher decidir ser mãe e dona de casa em tempo integral. Se assim é feliz, e seu companheiro também, parabéns. Sorte da mulher que, hoje, com recursos e instrução, pode decidir seu destino. Pode tentar ser bem-sucedida no trabalho, no amor e na família – um desafio duro, porém fascinante. Pode decidir quando engravidar. Pode decidir não ter filhos – e é o cúmulo que muitos a apedrejem por isso. Pode decidir não casar. Pode decidir se separar sem que a discriminem. Pode estudar, pode se apaixonar várias vezes, pode chegar à Presidência da República. É um desconsolo imaginar que ela ainda pode ser estuprada, discriminada, agredida e assassinada por homens que odeiam as mulheres.

Acesse em pdf: [Os homens que não amam as mulheres, por Ruth de Aquino \(Época - 02/03/2012\)](#)

Leia também:

“Laerte Coutinho, entrevistado no [Roda Viva](#) (TV Cultura) de 20/2, fez uma grande observação: os homens nunca fizeram a revolução masculina. (...) A certa altura da entrevista, ele/ela fez a seguinte observação: “Existiu a tal da revolução feminina, que é um dos marcos da humanidade. O que não aconteceu é a revolução masculina”. Laerte referia-se ao fato de que as mulheres já fizeram mil e uma rebeliões e continuam se batendo por aí. Marlene Dietrich, por exemplo, causou comoção por usar calças, mas isso em 1920! Quase um século depois, Laerte nos empapa de assombro por ir ao supermercado de saia. Isso diz alguma coisa, não?” - [Enfim, a emancipação masculina, por Eliane Brum \(Época - 27/02/2012\)](#)

12/02/2012 - Jovens aliciados na região Nordeste se prostituem como travestis em SP

(O Globo) O governo Federal montará uma força-tarefa e abrirá inquérito para investigar a rede de tráfico que alicia adolescentes nas regiões Norte e Nordeste para serem transformados em transexuais e se prostituírem em São Paulo e na Europa, como denunciou reportagem do GLOBO no domingo. A decisão foi tomada ontem pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e pela secretária Nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que amanhã se reunirão em Brasília com representantes de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público de São Paulo e Ministério Público Federal

Leia na íntegra: [Força-tarefa vai investigar tráfico de jovens \(O Globo - 14/02/2012\)](#)

(O Globo) Magra, cabelos compridos, short curto. M., 16 anos, abre o sorriso leve e ingênuo dos adolescentes quando perguntada se pode dar entrevista. Poderia ser uma das milhares de meninas que sonham com as passarelas. Mas não é. O relógio marca 1h de sexta-feira. M. é um garoto e está na calçada, numa das travessas da Avenida Indianópolis, conhecido ponto de prostituição de travestis e transexuais, escancarado em meio a casas de alto padrão do Planalto Paulista, na Zona Sul de São Paulo. A poucos passos, mais perto da esquina, está K., também de 16 anos.

— Sou muito feminina. Não tem como não ser mulher 24 horas por dia — diz K.

M. e K. são a ponta do novelo que transformou São Paulo num centro de tráfico de adolescentes nos últimos cinco anos. Meninos a partir de 14 anos são aliciados no Ceará, no Rio Grande do Norte e no Piauí e, aos poucos, são transformados em mulheres para se prostituírem nas ruas de São Paulo e em países da Europa. Misturados a travestis maiores de idade, eles são distribuídos em três pontos tradicionais de prostituição transexual em São Paulo: além da Indianópolis, são encaminhados para a região da Avenida Cruzeiro do Sul, na Zona Norte, e Avenida Industrial, em Santo André, no ABC paulista.

O primeiro contato é feito por meio de redes de relacionamento na internet. Uma simples busca por “casas de cafetina” leva os garotos a perfis de aliciadores, que são homens, mulheres e travestis. Após o primeiro contato, pedem que o adolescente encaminhe uma foto por e-mail, para que seja avaliado. Se for considerado interessante e “feminino”, eles têm a passagem paga pelos aliciadores. Ao chegar a São Paulo, passam a morar em repúblicas de transexuais e a serem transformados. Recebem inicialmente megahair e hormônios femininos. Quando começam a faturar mais com os programas nas ruas, vem a oferta de prótese de silicone nos seios. Os escolhidos para ir à Europa chegam a ser “transformados” em tempo recorde, apenas cinco meses, para não perder a temporada na zona do euro.

É fácil identificar os adolescentes recém-chegados. Além do corpo típico da idade, eles têm seios pequenos, produzidos por injeção de hormônios, e megahair. Testados inicialmente na periferia, os meninos são distribuídos nos pontos de prostituição de acordo com a aparência. Os considerados mais bonitos recebem investimento mais alto e vão trabalhar na área nobre da cidade. Na Avenida Indianópolis, recebem R\$ 70 por um programa no drive in e R\$ 100 se o programa for em motel. Nos outros dois endereços, o valor é bem mais baixo: entre R\$ 30 e R\$ 50 no drive in e R\$ 70 a R\$ 80 em motel.

Menores evitam ruas principais

Não faltam interessados. A partir de 17h, homens na faixa de 30 a 50 anos aproveitam o fim do expediente para, antes de seguir para casa, fazer programas rápidos com os transexuais na Indianópolis. Um furgão preto, com insulfilme, faz o transporte de vários transexuais. Mas, nesse horário de maior movimento, dificilmente os menores ficam à vista nas calçadas.

Por existirem há décadas, os pontos de prostituição de travestis são vistos com naturalidade pelos moradores de São Paulo. Afinal, se prostituir não é crime. Por isso, a rede criminosa se mistura aos transexuais mais antigos. Assim como eles recebem a proteção da Polícia Militar para não serem agredidos por grupos homofóbicos, os novos fios do novelo se entrelaçam, dando à rede de tráfico internacional de adolescentes o mesmo aparato de segurança e legalidade que é dado aos transexuais ditos “independentes”.

Em geral, os transexuais adolescentes ficam nas travessas, atrás dos grupos de maiores de idade, que ficam quase nus e são extremamente expansivos. Pacíficos, os dois grupos convivem bem com a vizinhança, exceto pelo constrangimento proporcionado pelos mais velhos (acima de 25 anos) sem roupa ou exibindo partes íntimas ou siliconadas.

Os adolescentes são mais discretos, menos siliconados e “montados”. A aparência de menina é mais natural. Os implantes de silicone nos seios são menores, num apelo direcionado aos pedófilos. Eles usam saias e shorts curtos, como M. e K., e podem ser facilmente confundidos com meninas.

Como na Indianópolis prostitutas e travestis dividem espaço, clientes são surpreendidos pela nova leva de jovens vindos de outros estados, de aparência cada vez menos óbvia.

Y., 19 anos, é um dos transexuais que fazem aumentar a confusão. Aos 15, foi levado a São Paulo pela rede de prostituição e pedofilia.

— A cafetina viu que eu era feminina e que ganharia muito dinheiro. Minha mãe assinou autorização para eu viajar, e vim de avião. Ficou preocupada, como toda mãe, mas deixou — conta.

Inicialmente, foi levado a trabalhar na Avenida Industrial, em Santo André, no ABC paulista. Pagava R\$ 20 pela diária na república, sem almoço.

— Quem não tivesse os R\$ 20 tinha de voltar para a rua, não entrava enquanto não conseguisse — diz ele.

Mesmo sem ter sido transformada, já chamava atenção. Logo começou a faturar R\$ 250 por dia. Aos 16 anos, recebeu “financiamento” para colocar prótese de silicone no seio. O implante foi feito por cirurgião plástico. Custou R\$ 4 mil, mas Y. teve de pagar R\$ 8 mil à cafetina, pois não tinha dinheiro para quitar à vista.

Y. diz que aceitou porque queria ficar feminina logo. Neste mercado, os seios são vistos como principal atributo. Quanto mais aparência de mulher, mais os clientes pagam. Agora, a jovem mora sozinha num flat e paga seu aluguel. Diz que divide o espaço da avenida tranquilamente e já não deve nada a ninguém. Faz entre seis e 10 programas por noite, afirma, enquanto lança olhares às dezenas de carros que passam rente à calçada, não se sabe se por curiosidade ou atração fatal.

Acesse o pdf: [Meninos são aliciados para virar transexuais em SP \(O Globo - 12/02/2012\)](#)

(O Globo) O promotor da Infância e Juventude do Ministério Público de São Paulo, Thales de Oliveira, afirmou que investigações feitas pela polícia paulista sobre a rede de tráfico de adolescentes indicam que o comando da quadrilha estaria no Nordeste do país. Segundo ele, o avanço das investigações depende de um trabalho conjunto.

— Já há investigações em andamento também no Pará e no Ceará — afirmou.

Oliveira diz que adolescentes trazidos de outros estados, que receberam próteses de silicone e hormônios para se tornarem transexuais, se arrependem do que fizeram como próprio corpo e falam sobre o esquema.

— Eles são atraídos com a promessa de ganhar R\$ 1 mil, R\$ 2 mil por dia em São Paulo. Como são muito jovens e, por necessidade, não pensam — afirma.

Perguntado se a polícia não deveria agir para impedir a prostituição de adolescentes da capital paulista, exigindo documentos e retirando menores, o promotor diz que sim, mas que o MP não pode requisitar operações deste tipo:

— O Ministério Público não pode mandar ofício pedindo que autoridades cumpram seu papel. As autoridades sabem onde e como desempenhar suas atividades.

O ideal, segundo Oliveira, seria a criação de um grupo multidisciplinar em São Paulo, envolvendo polícia, Justiça, Ministério Público e órgãos de promoção social para combater a rede de prostituição de adolescentes. Além disso, é preciso aumentar o intercâmbio de informações com os estados de origem dos garotos. O promotor disse que ações no Autorama, no Parque do Ibirapuera, onde existe prostituição de adolescentes do sexo masculino, são “complicadas”.

— Ações policiais no Autorama, área de proteção da diversidade sexual, geram protestos de entidades ligadas ao público GLBT, que as encaram como patrulhamento sexual.

Para o secretário para América Latina e Caribe da International Lesbian and Gay Association, Beto de Jesus, qualquer tipo de violação ou exploração sexual, seja contra homens, mulheres, héteros ou homossexuais, maiores ou menores de idade, deve ser investigada e combatida com rigor da lei.

— Não toleramos exploração sexual de menores ou maiores de idade, tráfico de pessoas ou pedofilia. Denunciamos estas ações criminosas — afirma Jesus.

Para Jesus, há preconceito “nas entrelinhas” quando se fala em dificuldade para ações policiais no Ibirapuera, pois apontaria uma suposta “permissividade” nos grupos homossexuais, que não existe. Ele é contra, porém, ações repressivas no Autorama, com policiais, e sugere a presença de educadores que possam detectar e denunciar casos de exploração ou violação de direitos humanos.

Leia em PDF: [Tráfico de jovens e adolescentes teria comando no Nordeste \(O Globo - 13/02/2012\)](#)

[25/05/2010 - A pobreza e a pílula, por Nicholas D. Kristof \(Globo\)](#)

(Globo) O jornal reproduziu artigo assinado pelo jornalista Nicholas D. Kristof, do The New York Times, que aborda a questão populacional em países pobres, em especial no continente africano.

Em seu texto o jornalista defende a relação entre rápido crescimento populacional e a pobreza, instabilidade e conflito.

“Nas áreas rurais da República do Congo, o outro Congo ao norte, descobrimos que mesmo quem já conhecia a contracepção a achava muito cara. Mais espantoso, todas as clínicas e hospitais que visitamos na República do Congo disseram que só venderiam contraceptivos a mulheres que levassem seus maridos com elas, para provar que eles tinham aceitado o controle”, escreve o jornalista.

Nicholas Kristof analisa que, embora os preservativos sejam de certa forma mais fáceis de se obter, muitos homens ainda resistem a usá-los. “A impressão é que os homens sentem orgulho de uma prole numerosa como sinal de virilidade”, diz Kristof.

Com base em estudo do Instituto Guttmacher (EUA), dar acesso a métodos contraceptivos para 215 milhões de mulheres no mundo que são sexualmente ativas e não desejam engravidar custaria menos de US\$ 4 bilhões, o equivalente ao que os Estados Unidos gastam em duas semanas de guerra no Afeganistão.

Além do mais, “cada dólar empregado em contracepção cortaria o dispêndio médico total em US\$ 1,4 bilhão ao reduzir os gastos com nascimentos não planejados e abortos, segundo o estudo”.

“Se a contracepção estivesse amplamente disponível em países pobres, informou o documento, mais de 50 milhões de gestações não desejadas poderiam ser evitadas a cada ano. Um resultado disso seriam 25 milhões de abortos a menos por ano. Outro seria salvar as vidas de 150 mil mulheres que hoje morrem por ano no parto.”

Acesse a íntegra em pdf: [A pobreza e a pílula, por Nicholas D. Kristof \(O Globo - 25/05/2010\)](#)